

## **A sistematização da política educacional dos "liberais reformadores": o Inquérito de 1926.**

*Carmen Sylvia Vidigal MORAES\**

**RESUMO:** O artigo analisa o Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo, promovido por Fernando de Azevedo em 1926, enquanto sistematização da política educacional dos "liberais reformadores" vinculados ao jornal *O Estado de São Paulo*. Considerando-se a "elite intelectual" da nação, os "liberais reformadores" defendiam a criação de escolas técnicas, apropriadas à formação de mão de obra para o crescimento industrial, e da universidade, para preparar e aperfeiçoar as classes dirigentes.

**PALAVRAS-CHAVE:** política educacional; liberalismo; reforma; nova educação; formação profissional; universidade.

### **Considerações Iniciais**

Desde 1895, quando Júlio Mesquita assume a direção de *O Estado de São Paulo*, do qual terá o controle acionário a partir de 1902, o jornal torna-se o portavoz dos dissidentes do Partido Republicano Paulista (PRP), criando em sua redação um espaço próprio para o debate político. O denominado "grupo do *Estado*" assumiu historicamente a liderança de "sucessivas frentes de oposição ao comando perrepista" (MICELLI, 1979, p.2)<sup>1</sup>.

---

\* Professora Doutora do Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação da Universidade de São Paulo

<sup>1</sup> O grupo dissidente ao qual Mesquita se apresenta ligado organiza-se em torno de Prudente de Moraes e de Cerqueira César.

Até os anos 20, tais conflitos terminaram em reconciliação ou foram devidamente assimilados pelo PRP, quando então a convergência de vários fatores torna possível a organização de um partido de oposição, o Partido Democrático. A expansão do jornal *O Estado de São Paulo*, "enquanto instância de produção cultural e ideológica", e sua conseqüente transformação em empresa capitalista acompanhou o crescimento político do grupo e sua caracterização em "fração partidária" (MICELLI, 1979, p.2).

No transcorrer dos anos, o jornal irá reunir em seu corpo de colaboradores fixos um número expressivo de intelectuais de prestígio, como José Veríssimo, Oliveira Lima, Arthur de Azevedo, Coelho Neto, Amadeu Amaral e outros, além de incorporar alguns dos chamados "educadores profissionais", como Sampaio Dória, Gabriel Prestes, Mário Pinto Serva, Vicente Licínio Cardoso, José Feliciano, Almeida Júnior, Lourenço Filho e Fernando de Azevedo. Com a modernização técnica e mercadológica da empresa, foi possível ao grupo Mesquita lançar uma edição noturna, o "Estadinho", e publicar em 1916 a "Revista do Brasil", um "mensário de alta cultura" que, sob a direção de Luiz Pereira Barreto, Júlio Mesquita e Alfredo Pujol, veio a se tornar, praticamente, o "braço cultural da Liga Nacionalista"<sup>2</sup>.

Nos anos vinte, assegurada a independência econômica da empresa jornalística e, com isso, a possibilidade de maior autonomia com relação à política dominante, o "grupo do estado", afirma sua posição "liberal reformadora" em

---

<sup>2</sup> A Liga Nacionalista surge em São Paulo, um ano e meio após a criação, no Rio de Janeiro, da Liga de Defesa Nacional cujo primeiro presidente foi Rui Barbosa. Atribui-se a origem dos dois movimentos ao discurso pronunciado por Olavo Bilac, em 1915, como paraninfo da turma de formandos da Faculdade de Direito de São Paulo. Criada "num clima de fervor nacionalista" após o rompimento das relações do Brasil com a Alemanha, a Liga de São Paulo propõe um programa de ação baseado em três pontos: a adoção de reformas para a moralização das práticas políticas - o voto secreto (censo alto); a "irradiação e propaganda da instrução do povo brasileiro" para a erradicação do analfabetismo e a assimilação do imigrante" (Instrução Cívica). Ainda sobre a Liga Nacionalista, consultar LIMONGI, (1988).

contraposição à "política militante" degenerada e "carcomida" dos perrepietas, colocando-se como representante da "elite intelectual do país".

Como nos anos da propaganda republicana, na década de 20, a proposta dos "ilustrados" associa as reformas políticas à reforma educacional. E se, como antes, a difusão da instrução popular assume importância primordial em sua argumentação discursiva - embora adquira um tratamento mais complexo, porque mais complexas se haviam tornado as relações sociais - agora, a análise da realidade impunha que a questão da direção política e econômica do país fosse claramente enunciada, através da formação de uma elite cultural, de sua educação. Como os liberais da propaganda, os "renovadores" se vêem como um grupo político específico, a "elite intelectual" da nação, enraizada historicamente, herdeira dos ideais mais autênticos da nacionalidade e portadora da única interpretação racional e correta da sociedade, porque alicerçada no saber legítimo proporcionado pela ciência.

Júlio de Mesquita Filho, por exemplo, em a *Crise Nacional*, atribui a crise vivida pelo país, na época, ao divórcio entre a sua elite e a classe política. Segundo ele, tratava-se de reconduzir as elites culturais à direção dos negócios públicos, para que pudesse em exercer seu papel fundamental na regeneração e emancipação nacional (MESQUITA FILHO, 1925)<sup>3</sup>. Baseados nesse diagnóstico

---

<sup>3</sup> . A carta aberta endereçada ao presidente Arthur Bernardes pelos autodominaos representantes da "democracia liberal", documento que veio a público em 1924 - assinado, entre outros, por Frederico Steidel, Montelro Lobato, Fernando de Azevedo, Prudente de Moraes Barros, Plínio Barreto, Paulo Nogueira Filho - é bastante elucidativa a respeito das concepções do referido grupo. Denunciando a fraude eleitoral, considera o sufrágio universal como uma "grande ilusão" e propõe a alternativa do voto secreto e do censo alto, "porque o censo alto é o controle da política pela elite da nação, é o respeito à lei feudal de todos os organismos, é a parte-cérebro desempenhando suas funções de cérebro e a parte músculo (massa bruta, gente rural sem cultura nem capacidade de discernimento) subordinada naturalmente ao cérebro". Com o voto secreto (censo alto), afirmavam "veremos apresentarem-se homens de bem, os fazendeiros, os negociantes e os letrados, todos, enfim, que compõem a parte nobre do país". (CASALECCHI, 1987, p. 240-3 e LIMONGI, 1988, p. 74-80).

de "carência de quadros especializados para o trabalho político e cultural", os reformadores irão desenvolver estratégias de luta para a concretização de suas aspirações ao poder federal, nas quais se incluem - nos anos 30 - a criação da USP e da Escola de Sociologia Política.

### **O Inquérito de 26 e a proposta de uma *nova educação*.**

Em 1926, o *O Estado de São Paulo*, por iniciativa de Júlio de Mesquita Filho e sob a direção de Fernando de Azevedo, promove um inquérito sobre a instrução pública de São Paulo como parte da campanha desencadeada pelo jornal pela realização de uma reforma educacional<sup>4</sup>. Dividido em três partes, tratando respectivamente do ensino primário e normal, ensino técnico e profissional e, ensino secundário e superior, o inventário reúne as opiniões de elementos que mantinham vínculos com a Liga Nacionalista e com o movimento educacional "renovador"<sup>5</sup>. Entre os entrevistados encontram-se Reynaldo Porchat, Ruy Paula Souza, Amadeu Amaral, Paulo Pestana, Roberto Mange, Theodoro Braga, Lourenço Filho, Almeida Júnior, etc. Pode-se mesmo afirmar que o Inquérito de 1926 significa a sistematização da proposta educacional defendida por este setor liberal, traduzida pela primeira vez num plano perfeitamente articulado de ensino voltado para a reconstrução social, segundo um modelo determinado de sociedade

---

<sup>4</sup> . Fernando de Azevedo indica a identidade deste estudo com a linha do pensamento do jornal: "A direção técnica do inquérito esta com o redator, que terá a sua iniciativa e lhe imprimirá a direção que entende e com a qual, no seu conjunto, e nos seus pormenores, se acha 'O Estado de São Paulo' inteiramente de acordo". (*O ESP*, 1/7/1926), citado por CAPELATO, M.H., op. cit., p. 148.

<sup>5</sup> . Para LIMONGI (1988, p. 112), "O Inquérito de 1926" não pode ser dissociado da luta "educadores profissionais" pelo controle do aparelho de ensino paulista e da orientação geral que define a política educacional do grupo. Ressalta, por outro lado, as alianças forjadas por este grupo no interior da Liga Nacionalista e no mercado de trabalho onde se situavam, "alianças que lhes conferiam um poder superior de vocalização de seus interesses". Tanto o acesso privilegiado a "*O ESP*" como suas relações com o mundo editorial - onde geralmente dirigiam coleções - permitiam-lhes introduzir "novos modelos e referências para o pensamento pedagógico da época".

de classes a ser construída, onde o exercício da dominação, a seleção das elites e a ordenação da classe operária se fariam basicamente através do esforço pedagógico.

As posições de Fernando de Azevedo, na última parte do inquérito, ao defender a proposta da criação de uma universidade, expressam - no plano educacional - o mesmo elitismo político e social de seus pares. Baseado nos pressupostos teóricos positivistas, atualizados na teoria sociológica de Durkheim - que também informam o discurso de Júlio de Mesquita Filho, Porchat e outros "ilustrados" - este educador propõe a utilização do "aparelho de ensino" como "instrumento político de coesão" social, entendendo que a "formação da cultura nacional" dependia visceralmente da criação do ensino universitário. Atribuía ao ensino superior "a função superior e inalienável" de formar, isto é, de cuidar do "preparo e aperfeiçoamento das classes dirigentes". Na sua concepção, as verdadeiras democracias necessitam constituir suas "classes condutoras" aptas no "manejo dos negócios públicos" e, para orientá-las "a atividade prática e a sábia assistência de homens eminentes, habituados a encarar de alto, de um ponto de vista idealista e científico as grandes questões técnicas, cada vez mais complexas, que os governos são chamados ... a resolver." E, como Léon Bérard, ministro da educação da França, entende a universidade, o "músculo central das instituições de ensino", como "o foco de cultura e de altos estudos" destinado a irradiar por todo o "organismo social" "as poderosas correntes de idéias com que se carregam e purificam as atmosferas públicas, para o despertar da consciência cívica, moral e intelectual da nação". Da mesma maneira, não concebia democracias que pudessem subsistir e desenvolver-se sem uma *classe média*, "cada vez mais larga e difundida, empregada como elemento assimilador e propagador de correntes de idéias e de opiniões". Ora, cabia exatamente ao ensino secundário criar e desenvolver a "cultura geral e desinteressada" através de um "curso integral e seriado", "comum a todos", contribuindo para a "formação do caráter e da mentalidade" das "camadas medianas", que são as responsáveis pela

disseminação das "idéias" e "verdades" "irradiadas dos centros universitários" e sua transformação em "correntes de opinião" (AZEVEDO, s.d., p. 189,193,262-271).

Cuidar da "educação das elites", entretanto, não significava absolutamente abdicar ou descuidar da "educação do povo". Entre os direitos da cidadania incluía-se a instrução. A "igualdade de direitos políticos", o direito de voto, trouxera em seu bojo o direito à instrução, configurado em dever fundamental do Estado moderno. "Educação popular e preparo das elites" constituíam, em última análise, as "duas faces de um único problema: a formação da cultura nacional".

Seguindo o mesmo raciocínio, Lourenço Filho - em artigo publicado pelo "Estado", em 1920, em defesa da reforma implementada por Sampaio Dória - definia "elite" como sendo, antes de tudo, "a floração intelectual e moral de uma grande cultura extensa". Dessa maneira, "em país de ignorantes não pode haver 'elite'". O Brasil, com seus 80% de analfabetos não possuía 'cultura', e não a teria enquanto não fosse feita a educação popular. Num país "sem tradições", das "mais desencontradas raças e sub-raças", onde a própria língua nacional começava a sofrer "a influência degenerativa do seu contato com os idiomas das populações imigradas", cabia ao Estado uma função educadora das mais consideráveis: promover a "cultura popular". A "alfabetização extensa", como medida preliminar de educação do povo, consistia em "um largo polígono de sustentação" que a reforma paulista, "numa segura e consciente visão", pretendia dar à "cultura do futuro", que só poderia ser "verdadeira, original, brasileira, paulista, com o aproveitamento de todas as aptidões existentes em todas as camadas populares" (LOURENÇO FILHO, 1920).

Nas conclusões do Inquérito de 26, Fernando de Azevedo lamenta o estado "rudimentar e confuso" em que se encontrava o ensino profissional em São Paulo. Além de enfatizar, à maneira de Kerschensteiner, o "trabalho" enquanto "atividade educativa", defendendo a importância do desenho e das atividades manuais no ensino primário e fazendo coincidir "escola do trabalho" com "escola ativa", propõe a preparação para o trabalho através do ensino técnico profissional. A seu ver, o fato deste tipo de ensino não estar submetido a um conjunto de idéias

fundamentais, a um "plano de organização", apresentando-se desorganizado, desconexo, sem unidade de pensamento e direção, indicava que ainda não havia sido compreendido "o alcance do ensino técnico e profissional num plano integral de educação". Era urgente colocar o ensino "em função das novas necessidades sociais e industriais e de preparar o elemento nacional para as atividades técnicas". A luta contra o analfabetismo deveria ser associada a uma campanha em favor do ensino técnico elementar obrigatório (agrícola ou fabril). Como medida mais prática e razoável, sugeria estender a obrigatoriedade ao ensino técnico elementar para depois ampliá-la à educação técnica pós-escolar para moças e rapazes, entre 14 e 16 anos, que "não se destinam aos cursos secundários e superiores". Entre os tipos de ensino profissional, colocava o ensino agrícola como "o mais reclamado" pelas condições particulares do meio. No entanto, era preciso cuidar também do ensino da pesca, cuja indústria apresentava grande importância econômica; do ensino comercial, "desnacionalizado" pelas influências das escolas e meios comerciais estrangeiros; e, do ensino profissional mecânico, exigência imposta pelo papel da mecânica na indústria, nas suas relações com a agricultura e pela própria expansão industrial do Estado.

Os entrevistados do Inquérito de Fernando de Azevedo, entre eles Roberto Mange, Theodoro Braga e Paulo Pestana, salientam a importância do ensino profissional como "forma de valorizar" o "elemento nacional", de modo a instrumentá-lo para a "concorrência vitoriosa" com o "estrangeiro", desenvolvendo-lhe ao mesmo tempo o gosto pelo "trabalho". Por isso, entendiam que "o ensino especializado" era uma boa maneira de "combater a tendência, infelizmente tão generalizada, de se preferir o operário estrangeiro ao nacional". Segundo Roberto Mange, estes trabalhadores brasileiros "postos de lado" tinham "apreciáveis qualidades fundamentais de caráter e indiscutíveis aptidões para o trabalho, faltando-lhes apenas uma orientação segura, perseverante e metódica que lhes (viesse) abrir novos horizontes e incitá-los à atividade". Por isso, entendem, como objetivo prioritário da escola profissional, a "moralização" do trabalhador (a "parte

moral do ensino técnico"). Era preciso "formar a mentalidade do operário, tanto quanto adestrar-lhe a mão"<sup>6</sup>.

A esse respeito, é interessante considerar que ainda em 1912, por ocasião da criação das escolas profissionais técnicas no Estado, o jornal "O Estado de São Paulo" publica um artigo que considera "da maior oportunidade num momento em que o governo está olhando com cuidado para esse ramo do ensino *representado pela Escola Politécnica, pelo Liceu de Artes e Ofícios e pelas recentemente criadas escolas profissionais*". Trata-se de uma proposta de organização de escola técnica apropriada aos "países novos e de imigração" realizada pelo inspetor geral das estradas de ferro do Chile (TRINDADE, 1912)<sup>7</sup>. Considerando a necessidade indiscutível de, com o crescimento industrial, criar-se "um organismo especial" para preparar o futuro operário no desempenho de sua "missão", "da mesma forma como o engenheiro, o advogado e o médico aprendem a conhecer o que lhe incumbe", propõe que - ao invés de se fundarem escolas profissionais para aprendizes e operários - *fossem organizados estabelecimentos destinados a formar contra- mestres e chefes de oficina*. De acordo com este engenheiro, como a atividade do trabalhador "*reduz-se quase sempre a uma mesma operação, que pouco tempo dura*", era possível - com apenas "um pouco de prática" - fazer "de um não-iniciado, desde que disponha de um pouco de arrojio e algum gosto pelo trabalho, um operário mediano". Este tipo de trabalhador "médio" poderia satisfazer as exigências das indústrias que se desenvolvem nos países novos, "com a condição - porém - de ser bem conduzido e encaminhado, isto é, de ter à testa um bom contra-mestre ou chefe de oficina que representa o traço de união entre o técnico e o engenheiro, e o operário". Portanto, a escola industrial era necessária para formar este pessoal mais qualificado. A ela poderiam ser acrescentados

---

<sup>6</sup> . Pareceres de Roberto Mange e Theodoro Braga, em (AZEVEDO, s.d., p.149-174).

<sup>7</sup> . "O ESP", O ensino profissional e técnico em países novos e de imigração, por Ruy Trindade, Inspetor Geral de Material das Estradas de Ferro do Estado, no Chile. 11/04/1912.

curso noturno, "simplesmente teóricos e inteiramente elementares", onde "operários mais aproveitáveis" encontrariam "o meio de desenvolver suas propensões e os seus conhecimentos".

A publicação deste artigo em 1912, indica a percepção, pela "elite liberal", de que do controle exercido sobre o processo de trabalho no interior da fábrica dependiam a garantia e o aumento da produtividade. Portanto, a opção por escolas de formação de mestres e contra-mestres, isto é, a constituição de um mercado interno de mão-de-obra qualificada, visa não só atender aos requisitos técnicos do modo de produção industrial como instituir - via figura do contramestre - novos dispositivos de dominação sobre o conjunto dos trabalhadores<sup>8</sup>.

Tais exigências serão cada vez mais enfatizadas no decorrer da década, acompanhando o ritmo do movimento grevista, quando formas de "organização científica do trabalho" começam a ser discutidas e implementadas.

Explicita-se, pois, como proposta educacional dos "renovadores", a montagem de "um verdadeiro sistema de educação" onde todas as instituições de ensino, fundamentais e subsidiárias, com seus diversos graus, funcionassem integradamente, "de alto a baixo", como elementos complementares e auxiliares na obtenção dos fins almejados (AZEVEDO, s.d., p. 173 e 266). Entendendo, como Durkheim, que o desenvolvimento da sociedade, com a inerente complexidade do aumento da divisão do trabalho, provocava maior heterogeneidade e diferenciação sociais, defendem uma escola "única" diversificada, estruturada a partir destas diferenças, ou - como desejava o educador alemão Kerschensteiner - um plano único de ensino orientado "para facilitar a todos sem exceção aquela educação a

---

<sup>8</sup> . Embora as propostas do Inquérito, realizado por Fernando de Azevedo, convirjam para a obrigatoriedade do ensino técnico primário e as escolas profissionais oficiais e do próprio Liceu de Artes e Ofícios estarem organizados conforme este nível de ensino, isto não contrariava, de acordo com o entendimento destes educadores, os objetivos de formação de trabalhadores "qualificados", ou contra-mestres.

que cada um tem direito por sua capacidade" (DURKHEIM, 1979, 1960; KERSCHEENSTEINER, 1928<sup>9</sup>).

A execução deste projeto educacional implicava na existência de um corpo docente habilitado. E o meio propício para a formação profissional dos professores era a universidade, "aparelho moderno de preparação das elites". Só a universidade seria capaz de homogeneizar-lhes a formação, através da aplicação de "princípios comuns" e pelo favorecimento de "frequentes pontos de contato", fazendo do professorado "disperso e orientado para ideais diferentes", uma "força viva, idealista e criadora, posta ao serviço de toda a nação" (AZEVEDO, s.d., p. 101).

A insistência dos reformadores em frisar, naquele momento, a necessidade inadiável da criação de uma Universidade em São Paulo para a formação de "elites diretoras", sugere que compreendem que a realização do seu projeto de dominação requer o concurso permanente de agentes sociais portadores de saberes específicos demandados na montagem dos dispositivos de controle do social.

Em todo o período histórico considerado, o processo de constituição de um mercado de força livre de trabalho foi acompanhado pela formulação de estratégias pontuais para a disciplinarização e sujeição dos trabalhadores. Inúmeros profissionais - médicos higienistas, engenheiros, educadores e outros - participaram, cada qual no seu campo de ação específico, da elaboração e execução deste aparato de coerção. Nos anos vinte, a consolidação da indústria fabril, acompanhada do processo de conformação e de autonomização da burguesia industrial e da presença "incômoda" de um proletariado urbano mais consistente e organizado, implicam na revisão e ampliação das práticas de dominação. Nesta medida, os temas colocados pelo processo de industrialização,

---

<sup>9</sup> . KERSCHEINSTEINER, educador alemão, autor das concepções educacionais conhecidas na época como "escola do trabalho" e, mais tarde, como "escola ativa", foi Diretor do Ensino de Munique durante 25 anos e, neste período, dirigiu algumas reformas nas escolas desta cidade alcançando notoriedade mundial, sendo reconhecido como professor honorário da Universidade de Munique e eleito para o Parlamento . A esse respeito, consultar MACHADO, São Paulo, (1989).

exigindo soluções políticas e institucionais, invadem o discurso dominante. Com força reiterada, propostas racionalizadoras - que tomam a fábrica como paradigma para a reordenação da sociedade - procuram atingir e moldar as mais diversas instituições sociais existentes (DECCA, 1983).

Novamente, a complementariedade de atuação entre os diversos grupos profissionais e o setor dominante identificado como liberais reformadores, em grande parte organizados na Liga Nacionalista, é ressaltada tanto a nível programático como na prática política do grupo. Nos anos anteriores, haviam lutado e conseguido construir instituições voltadas para formalização de engenheiros, médicos, agrônomos e professores normalistas exigidos pela modernização implementada nas relações sociais de produção. A estes saberes específicos, valorizados enquanto conhecimentos "científicos" e "positivos", deveria ser adicionado um outro saber, característico da "mentalidade moderna" e indispensável no preparo de "elites" habilitadas a analisar e intervir nos problemas sociais: o conhecimento científico da realidade social. Como assinala M.H. Capelato, o lugar central destinado à Faculdade de Filosofia no projeto de universidade elaborado pelos reformadores liberais denota sua importância com agência formadora de quadros especializados "responsáveis pelo equilíbrio do organismo social" (DECCA, 1983).

A própria profissionalização de especialistas em problemas educacionais só pode ser explicada a partir das exigências colocadas por um projeto político específico de reorganização da sociedade que se utiliza da educação como uma das estratégias de dominação social<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> . Ao procurar explicar a presença de inúmeros intelectuais nos quadros da Liga Nacionalista e do Partido Democrático, Sérgio Miceli observa que as mudanças ocorridas nas organizações políticas e naquelas especializadas na produção cultural, resultantes - por sua vez - "da transformação da estrutura de classes", teriam sido acompanhadas por mudanças "nas modalidades de acesso às carreiras dirigentes". Nestas condições, a adesão dos intelectuais, principalmente os mais jovens, tomara o sentido de "alternativa viável de fazer carreira fora dos quadros do situacionismo dominante". (MICELI, 1979, p 10-11 e 167-168).

No entanto é necessário assinalar, com Sérgio Miceli, que o envolvimento dos intelectuais com os grupos dirigentes não se manifestava apenas em termos de adesão a alguma facção partidária. É possível observar que não só os elementos vinculados ao situacionismo perrepista, mas também aqueles identificados com as políticas dissidentes "prestaram sua colaboração na administração pública estadual, na imprensa, no setor editorial, na câmara dos deputados" (MICELI, 1979, p. 11). No caso dos educadores "profissionais" ou "renovadores", filiados à Liga Nacionalista e cooptados pelo Partido Democrático, pode-se encontrá-los no exercício de cargos públicos, na diretoria geral do ensino, como inspetores ou diretores de escolas, implementando muitas das medidas educacionais por eles preconizadas e, indicando, com isso, a permanente participação dos liberais reformadores no estabelecimento da política educacional implementada pelo Estado de São Paulo durante o período histórico correspondente à primeira república. Entre os exemplos principais pode-se citar Oscar Thompson, por duas vezes diretor da Instrução pública (1909 e 1917), além de professor e diretor da Escola Normal da Praça, que faz do programa da Liga o programa oficial do ensino paulista; e, Sampaio Dória que, durante sua gestão na diretoria da instrução pública, em 1920, implementou outra reforma nos moldes pretendidos pelos reformadores liberais da Liga, visando erradicar o analfabetismo. Além destes, em cargos diversos, encontram-se Lourenço Filho, Almeida Júnior, Sud Menucci, Renato Jardim, o próprio Fernando de Azevedo e outros.

Observa-se, portanto, que à medida em que ocorre a primazia da indústria na sociedade, estabelecendo uma determinada forma de organização e divisão do trabalho que, por sua vez, passam a exigir um controle cada vez maior sobre os trabalhadores, sejam eles científicos ou manuais, a preocupação dos "ilustrados" estende-se da ênfase no ensino superior à função homogeneizadora da base do sistema escolar, complementando-se na valorização do ensino técnico. E, como se viu, tais propostas não permearam apenas o discurso programático deste setor dominante, mas dirigiram sua ação nas instâncias administrativas do Estado ou foram implementadas através de iniciativas particulares pelos membros do grupo.

Pode-se dizer que através da atuação a nível privado procuravam cobrir as lacunas oficiais no campo do ensino. Neste sentido, é organizada, em 1904, uma instituição - a "Union France-Amerique" - com o objetivo de proporcionar maior intercâmbio cultural entre a França e o Brasil. Entre seus fundadores, além do intelectual francês George Dumas, encontram-se dr. Ramos de Azevedo, Alfredo Pujol, Vitor da Silva Freire e Rui de Paula Souza todos membros do L.A.O (LIMONGI, 1988, p. 114-117). Com a participação dos intelectuais franceses, como Dumas e, mais tarde, Paul Fauconet - foram realizadas, na época, inúmeras conferências e palestras sobre a necessidade de se criar uma universidade e, em particular, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, nos moldes franceses. Esses encontros geralmente ocorriam na Escola Normal, na redação de "O Estado de São Paulo" ou na Sociedade de Educação, fundada pelos "renovadores" em 1925<sup>11</sup>.

Como tardasse a concretização do ensino superior, é criado por iniciativa do Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura, em 1925, um estabelecimento de ensino secundário "montado em colaboração e sob a supervisão de mestres franceses", com o objetivo de formar "elites desinteressadas". Esta instituição, denominada Liceu Franco-Brasileiro, hoje Liceu Pasteur, apoiada pelo jornal O Estado de São Paulo e pelos educadores ligados ao movimento de renovação pedagógica como mais um passo dado no sentido "de soerguer o ensino nacional", teve como seu principal realizador o dr. Ramos de Azevedo, diretor do Liceu de Artes e Ofícios e professor da Escola Politécnica (FREIRE, p. 207-211).

Por outro lado, implementam-se medidas relativas ao ensino técnico profissional. Não deve ser esquecido que, neste momento histórico, ocorre a introdução dos princípios tayloristas no país. Em 1919, logo após os conflitos

---

11 . A Sociedade de Educação, fundada em 1922, contava com a participação bastante expressiva dos "renovadores": Sampaic Dória era o secretário geral da entidade, Renato Jardim, o vice-presidente; Fernando de Azevedo, Almeida Jr., Breno Ferraz do Amaral e Leo Vaz, cuidavam da edição da Revista da Sociedade, publicada pela editora de Monteiro Lobato.

gerados no interior da fábrica e que se expressam insistentemente nas greves consecutivas de 1917-20. Roberto Simonsen - em conferência pronunciada a outros industriais - propõe a organização "científica" do processo produtivo com o objetivo de debelar a "luta de classes" e promover "a cooperação cordial entre patrões e operários" (SIMONSEN, 1919)<sup>12</sup>. Sua empresa, a Cia Construtora de Santos, inicia no ano seguinte uma reforma visando a sua reorganização interna em "moldes mais chegados à administração científica". Em 1924, ele próprio coordenará uma experiência pioneira na utilização de técnicas tayloristas na empresa, ao executar para o Ministério da Guerra a construção de quartéis em vários pontos do país (VARGAS, s.d.). As novas formas de organização do trabalho de construção passam a ser adotadas quase simultaneamente pelo escritório do engenheiro-arquiteto Ramos de Azevedo<sup>13</sup>.

Nesta mesma época, em 1923, é criada a Escola de Mecânica do Liceu de Artes e Ofícios que, sob a direção de Roberto Mange, visava não apenas atender a demanda industrial por trabalhadores mecânicos como - e, principalmente - introduzir a experiência pioneira de formação de trabalhadores através dos "métodos de organização científica do trabalho"<sup>14</sup>. Tratava-se de elaborar uma "resposta técnica" à conquista operária da jornada de oito horas, capaz de

---

<sup>12</sup> . Para uma análise das implicações políticas da fala taylorista de Simonsen, consultar DECCA, (1983, p. 74-75).

<sup>13</sup> . Sobre o escritório Técnico Ramos de Azevedo, ver Pereira, Paulo César XAVIER, (1984), op. cit. p.250-320. É interessante notar que, desde 1909, os sindicatos da construção civil de Santos (pedreiros, carpinteiros, pintores) conseguiram manter o controle do mercado de trabalho pela categoria. Portanto, é significativo que a aplicação do taylorismo tenha sido iniciada por um empresário do ramo da construção civil diretamente afetado pelo controle operário, onde a impossibilidade de maior mecanização provocava o aumento do poder dos operários qualificados e sindicalizados. (ANTONACCI, 1985, p. 17).

<sup>14</sup> . Em 1922, após intervenção no Congresso Federal por Cincinato Braga - membro do Liceu de Artes e Ofícios e sócio de Ramos de Azevedo e de Armando de Salles Oliveira na Empresa de Eletricidade Taquaritinga, na qual ocupava o cargo de diretor - o governo federal cria e subvenciona por lei, através do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, os cursos de mecânica prática com o objetivo de formar mecânicos ajustadores para o mercado. Favorecido pela medida, o Liceu cria a Escola de Mecânica que, no entanto, teve a subvenção cortada no ano seguinte.

propiciar, com a reorganização do processo de trabalho, a intensificação da produção (MANGE, 1924)<sup>15</sup>. Segundo Mange, para compensar "a tão desejada, mas perigosa e nefasta 'diminuição das horas de trabalho' e suas 'consequências econômicas' era preciso 'procurar os meios de, por um trabalho acurado, perfeito e rápido, em que todo o movimento inútil seja eliminado, produzir mais e produzir melhor em um lapso de tempo mais curto' (BRYAN, 1984)<sup>16</sup>.

Ao assumir a direção da escola - cargo que ocupou por quatro anos - Mange cria laboratórios de psicotécnica, de cinemática, de tecnologia mecânica e oficinas para a aprendizagem. Com o intuito de "dar extensão prática ao seu programa" estabelece convênios com as empresas ferroviárias Sorocabana, Paulista e Mogiana<sup>17</sup>. Para a aplicação dos métodos psicotécnicos de seleção e orientação profissionais, Mange contou com a colaboração dos laboratórios fisiológicos e psicológicos do Instituto de Higiene<sup>18</sup>. Neste sentido, a Escola Profissional Mecânica pode ser considerada, nesta área de ensino, como a primeira iniciativa

---

<sup>15</sup> . A este respeito, ver também GITAY, (1986).

<sup>16</sup> . Parece que antes de propor essa modalidade de ensino profissional na Escola de Mecânica do Liceu, Mange teria realizadas experiências anteriores com o objetivo de investigar as possibilidades do método em outras instituições escolares ou empresariais, como na Escola Politécnica, na Cia Paulista de Estradas de Ferro e na Central, onde, entretanto, não fora possível desenvolver a proposta. (MANGE, 1924, p. 7-8).

<sup>17</sup> . Roberto Mange, filho de diplomata, nascido na Suíça, fez os estudos primários em Portugal, secundários na Alemanha, formando-se em Engenharia pela Escola Politécnica de Zurich. Contratado em 1903, com a idade de 28 anos, para lecionar desenho de máquinas na Escola Politécnica de São Paulo, irá influenciar várias gerações de engenheiros, "que após passarem por suas mãos, ocupam altos cargos na burocracia estatal e nas empresas públicas". Além das atividades docentes, Mange dedica-se à criação de porcos e cultura de batatas em sítio nas proximidades de São Paulo, onde introduz os métodos tayloristas, havendo desenvolvido - em conjunto com Armando de Salles Oliveira - um estudo sobre a organização racional do trabalho agrícola. (CAETANO, 1986, p. 239).

<sup>18</sup> . A Seção de Psicotécnica do Instituto de Higiene foi criada pelo prof. Geraldo Paula Souza (do L.A.O.), e lá trabalhavam na área de seleção de orientação profissional os drs. Benjamem Ribeiro e Octávio de Camargo. (STWART, 1928).

que combina a atuação do Estado e do setor privado, aqui representada pelas empresas ferroviárias interessadas em fornecer ensino padronizado aos empregados de suas oficinas mecânicas.

Concomitantemente, outras medidas eram tomadas no sentido de divulgar as novas concepções e os novos "métodos de racionalização científica do trabalho". Sob os auspícios do Instituto Franco Paulista, eram convidados especialistas franceses para a realização de cursos, conferências e palestras. O primeiro e mais importante dos convidados foi Henri Piéron, professor do Colégio de França, do Instituto de Psicologia da Universidade de Paris, diretor do laboratório de Psicologia Experimental da Sorbone e substituto de Alfred Binet na direção da publicação "L'Année Psychologique" (PIERÓN, 1928).

O jornal *O Estado de São Paulo*, no ano de 1926, atribuindo à psicotécnica um "grande papel", "não só na renovação dos processos de trabalho industrial como, principalmente, na remodelação das bases em que deve assentar-se todo o trabalho da educação popular" publica alguns artigos com o resumo das conferências pronunciadas por Piéron. Uma destas reportagens consiste em entrevista realizada com o pesquisador francês, na qual ele ressalta o papel da psicotécnica "na educação em geral" e sua aplicação ao ensino primário, "pelos testes de diagnóstico mental e de escolaridade", além de defender que a "técnica geral do ensino" (o "método") deva basear-se na "psicologia experimental"<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> . O autor também expressa sua opinião a respeito da situação do ensino no Brasil. Suas declarações reafirmam o ponto de vista defendido pelos "renovadores". Propõe que se estabeleça no país "as bases de uma segura organização geral" de ensino, a partir de um "plano sistemático". A seu ver, impunha-se o desenvolvimento de "instituições de alta cultura e de pesquisa" e, entre elas, uma "faculdade de ciências e de letras". Sobre o ensino médio, aconselhava "uma certa diferenciação sistemática das escolas" como germe "do desenvolvimento futuro de um ensino de cultura superior". E, finalmente, à escola primária atribuía "fins sociais mais elevados" que apenas o aprendizado da leitura e da escrita, sendo que um deles consistia na orientação profissional. "O ESP", Professor Piéron, 25/08/1926.

Complementando a ação pedagógica de divulgação destas idéias, Lourenço Filho publica na "Biblioteca de Educação" - que fora encarregado de organizar pela Cia Melhoramentos - alguns livros de Piéron<sup>20</sup>. Ao mesmo tempo, sua própria obra será responsável pela difusão, no interior do movimento escolanovista, da concepção de que o uso de técnicas psicológicas na seleção dos alunos - de comprovada cientificidade e neutralidade - favoreceria a democratização da escola. Em um artigo escrito em 1929, por exemplo, refere-se "ao taylorismo na escola" como uma das principais tendências da pedagogia moderna, que entendendo a produção do trabalho escolar "como a produção das modernas indústrias", isto é, "rápida, precisa, com perdas mínimas de energia e pessoal", propunha "inovações ou sistemas que visa(ssem) dar maior rendimento escolar do ponto de vista da organização das classes e cursos" (B. FILHO, 1929, p. 298-300)<sup>21</sup>.

Nesta época, além do Inquérito de 1926, *O Estado* divulga com bastante freqüência artigos de Roberto Mange e outros educadores, como José Feliciano, Theodomiro Braga, Vicente Licínio Cardoso e outros, sobre psicotécnica e ensino

---

<sup>20</sup> . Enquanto Fernando de Azevedo dirigia, para a Companhia Editora Nacional, de Monteiro Lobato, a Coleção Brasileira, "de grande prestígio intelectual", voltada quase exclusivamente para a edição de obras didáticas, Lourenço Filho organiza, através da recém-fundada Companhia Melhoramentos de São Paulo, a Biblioteca de Educação, a "primeira do gênero no país", onde publica traduções de obras de Claparede, Piéron, Durkheim, Binet-Simon e Leon Walther. Aluno e, posteriormente, professor de psicologia e pedagogia da Escola Normal da Praça (1925), redator do "Jornal do Comércio", colaborador de "O Estado de São Paulo", participou, com Monteiro Lobato, da organização da "Revista do Brasil". Em 1927, com um grupo de educadores - Sampaio Dória, Almeida Jr. - torna-se empresário educacional, fundando o Liceu Nacional Rio Branco, onde dirige a Escola Primária Experimental e aplica os princípios da nova "educação científica". Membro da Academia Brasileira de Letras foi, também, Diretor Geral do Ensino do Estado de São Paulo, de 1928 a 1931. (MICELI, 1979, p.172; LIMONGI, 1988, p.55).

<sup>21</sup> . Participando do esforço de difusão dos serviços de orientação e seleção profissional, a Liga Brasileira de Higiene Mental providencia a vinda de André Fessard, chefe dos trabalhos práticos do Laboratório de Piéron, no "College de France", em Paris, para a realização de um curso de psicotécnica, no Rio de Janeiro, a um núcleo de alunos. Além disso, apresenta ao Diretor da Instrução Municipal, dr. Fernando de Azevedo, um "interessante inquérito vocacional escolar... para uso das escolas primárias com especiais conselhos aos professores". (ESPOSEL, 1928)

profissional<sup>22</sup>. O Rotary Club, sob a presidência do dr. Theodoro Ramos, torna-se mais um espaço de debates, propagação e operacionalização dos novos valores e métodos inspirados tanto em Taylor como nos postulados de Henry Ford, realizando sistematicamente reuniões com a presença de convidados especiais para desenvolverem temas de interesse de seus membros<sup>23</sup>. Numa evidência da amplitude assumida pela questão operária no universo ideológico deste setor dominante, "Orientação científica do trabalho", "ensino profissional" e "a missão da universidade" são alguns dos assuntos selecionados. Para apresentá-los, são

---

22 . Vicente Licínio Cardoso, engenheiro, professor da Escola de Engenharia Federal, colaborador de "O Estado de São Paulo", fazia parte do grupo de educadores cariocas que criou a Associação Brasileira de Educação em 1924. Para a reconstituição da origem da ABE, a identificação do núcleo de educadores dessa entidade ligados ao Partido Democrático Federal e sua relação com os "renovadores" paulistas e com o Partido Democrático de São Paulo, consultar CARVALHO, (1986), especialmente o segundo capítulo.

23 . O presidente do Rotary Club de São Paulo, o dr. Theodoro Augusto Ramos, engenheiro civil, formado no Rio de Janeiro, foi professor da escola Politécnica de São Paulo, havendo se destacado no campo da ciência matemática. Em 1933, viria a ser o responsável pelo recrutamento dos professores estrangeiros para a futura Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP. (NADAI, 1987, p.87). Ajustadas à estrutura da grande indústria paulista que havia sido montada no sentido de uma verticalização, de acordo com as experiências realizadas por Ford para reduzir os gastos, as idéias fordistas irão predominar em São Paulo - segundo M.A. Antonacci - pelas possibilidades que ofereciam à ampliação do domínio do capital. Através da linha de montagem, interpondo procedimentos mecânicos à fragmentação e reorganização do processo de trabalho projetada por Taylor, Ford avança na desqualificação e desvalorização da força de trabalho, além de aprofundar o rompimento dos laços de solidariedade operária com a redução dos contatos formais no interior do espaço fabril. (ANTONACCI, 1985, p. 42-62).

chamados Roberto Mange e Victor Freire<sup>24</sup>. Em sua fala, Mange expõe didaticamente a utilidade dos métodos de racionalização científica do trabalho, entre os quais incluía não só a seleção e orientação profissional e como também *as técnicas pedagógicas para formação do trabalhador*. Segundo ele, "o recrutamento de oficiais, a aprendizagem, a racionalização do trabalho produtivo e o estudo psicológico de relações de chefes para subalternos e de uns e outros entre si", constituíam aspectos que deviam "ser encarados com inteligência" pelos empresários, afim de que se livrassem "dos métodos rotineiros que lançam os jovens nos formigueiros da oficina industrial, deixando-os aprender como puderem". Através da psicotécnica, da "pesquisa das aptidões" e de sua "educação racional", ao contrário, era possível obter-se "economia do tempo de aprendizagem", "redução no número de acidentes de trabalho" e, pela redução destes acidentes, "economia de energia e de material".

Complementarmente, Victor Freire, ao tratar a questão da formação da elite intelectual e dirigente, realça o "novo rumo da universidade", que era justamente o de preparar a elite para o exercício de "seu papel" na "*direção do trabalho*". Alerta seus pares para as "modificações profundas" ocorridas no seu "modo de vida", principalmente na "esfera das relações sociais". A seu ver, tais mudanças não parariam, sendo "impossível dirigir um negócio" como o faziam seus "pais e avós". Tornava-se, assim, imperativo estudar, em primeiro lugar, "a função da elite sob o

---

<sup>24</sup> "O ESP", O Ensino Profissional e a Missão das Universidades", 28/09/1929. Procurando ressaltar a força política da entidade, alguns membros do Rotary - como Manfredo Costa, Osvaldo Riso e Cantídio de Moura Campos - referem-se aos "benefícios" das reuniões ali realizadas, levando a que providências fossem tomadas no campo pretendido, como no caso da indústria da seda, que só começou a conseguir o que lhe era necessário depois de uma assembléia sobre o assunto, ou a criação de uma seção de psiquiatria no Instituto Disciplinar da capital, "como efeitos da palestra proferida sobre proteção à infância desvalida" pelo dr. Pacheco e Silva, diretor da Liga Higiênica de São Paulo. Para melhor compreensão da natureza e atuação desta associação de caráter internacional, instalada em São Paulo neste período, assim como de seus vínculos com o fordismo e taylorismo, consultar análise de Antônio Gramsci sobre o Rotary e sobre o Fordismo. (GRAMSCI, 1968, p. 375). Particularmente sobre a atuação do Rotary em São Paulo, ver ANTONACCI, (1985, p. 42-70).

ponto de vista da direção do trabalho, pois "se vier ela a ser mal ou insuficientemente desempenhada, são os próprios meios materiais da existência da raça que se acham comprometidos. 'Primo Vivere'".

Os resultados animadores dos primeiros "ensaios de organização científica" realizados em várias entidades, levaram a Associação Comercial de São Paulo a se decidir a contratar, na Suíça, um especialista de renome internacional na área da psicologia do trabalho industrial, o professor Leon Walter, para a realização de cursos e, também, para "criar um Instituto de Organização Científica do Trabalho" (SILVA, 1980, p. 75-81). Mas a crise econômica de 1929 teria imobilizado a tentativa de concretização do Instituto e, só dois anos depois, foi organizada uma comissão, composta por "representantes da cultura paulista", disposta a "conseguir pela organização científica do trabalho, melhor qualidade para nossa produção, barateando seu custo, facilitando sua circulação e distribuição e proporcionando melhor remuneração ao nosso operário" (SILVA, 1980, p. 77)<sup>25</sup>.

Com o apoio do jornal "O Estado de São Paulo", na figura do seu editor chefe, Armando de Salles Oliveira, a nova entidade é instalada a 23 de julho de 1927. Como seu primeiro presidente, Armando de Salles Oliveira, ao ser nomeado interventor de São Paulo em 1933, reconheceu o IDORT como instituição de utilidade pública, contratando seus técnicos para proceder a estudos de reorganização administrativa do Estado, sob a coordenação dos engenheiros Francisco de Salles Oliveira e Roberto Mange, ambos do Liceu de Artes e Ofícios<sup>26</sup>

---

25 . A comissão organizadora compunha-se dos seguintes empresários e intelectuais, alguns do Liceu de Artes e Ofícios: Lourenço Filho, Armando de Salles Oliveira, J.O. Monteiro de Camargo, Henrique Dumont Villares, Geraldo Paula Souza, Damasco Pena, Luiz Tavares Pereira, Gaspar Ricardo Jr., Aldo Mário de Azevedo e Clovis Ribeiro. Bryan, N.

26 . Armando de Salles Oliveira, uma das figuras mais importantes da Liga Nacionalista e do Partido Democrático, amigo e genro de Júlio de Mesquita, assume com sua morte - em 1927 - a presidência do jornal "O Estado de São Paulo". Formado na Escola Politécnica de São Paulo e com pós-graduação na Europa, durante sua atividade profissional como engenheiro e diretor das empresas de energia no interior do Estado, onde construiu várias usinas geradoras de eletricidade, na vice-presidência da Estrada de Ferro

. A importância do IDORT na área educacional pode ser avaliada também através de sua participação na organização do Centro Ferroviário de Ensino e Seleção Profissional, em 1934, cuja experiência veio mudar a estrutura do ensino profissional público no Estado.

Em síntese, a digressão sobre a realização do Inquérito de 1926 e da atuação pedagógica dos reformadores tem por objetivo indicar que, tanto do ponto de vista doutrinário como da prática política, os liberais reformadores definiram e implementaram medidas educacionais que acabaram se corporificando nos anos vinte (e, não por mera coincidência nesta época), em um plano sistematizado de educação. Num momento de crise e recomposição do poder interno das oligarquias paulistas o plano integrará o programa da Liga Nacionalista e, posteriormente, do Partido Democrático. A construção do "edifício pedagógico" obedece às injunções de uma sociedade onde a fábrica instaura uma nova racionalidade que deveria impregnar o conjunto das relações sociais, convergindo para a questão fundamental da organização do processo de trabalho. Dessa maneira, este projeto educacional traduz o objetivo de uma fração dominante de adequar o país às mudanças que a "nova sociedade industrial" produzia na divisão social e na divisão técnica do trabalho.

A proposta modernizadora de organização da sociedade que emerge deste plano de ensino voltado para a "reconstrução nacional" não apresenta caráter democratizante mas, ao contrário, expressa uma concepção fortemente antiigualitária, propondo-se a constituir uma das opções de formalização das

---

Mogiana e como diretor do *Estadão*, procura modernizar a administração dos negócios a partir de soluções orientadas pelo taylorismo. Considerando a tecnologia como solução para os problemas econômicos do país, indicava a carência de elementos humanos capacitados como uma das principais dificuldades encontradas na organização da indústria nacional. Segundo Love, A. de Salles Oliveira combinava a "adesão aos princípios do liberalismo clássico com a crença igualmente forte na tecnocracia". (SILVA, 1980, p.63-75; LOVE, 1982, p.238-9).

desigualdades sociais<sup>27</sup>. E isto equivale a perceber como o projeto de "renovação" educacional responde às novas necessidades geradas pela modernização das relações capitalistas, às necessidades colocadas pela racionalidade industrial, ou seja, à forma como a instituição escolar - através de seus diferentes níveis e graus - passa a ser utilizada como mecanismo de legitimação e reprodução das relações sociais inerentes a este tipo de sociedade, favorecendo a produção de representações e práticas conformadoras e reafirmadoras do poder dominante.

Em sua interpretação sobre a especificidade da "via taylorista nacional", Newton Vargas (p.8) estabelece a distinção entre o seu caráter técnico e o doutrinário, isto é, entre os princípios tayloristas, voltados para a reprodução do trabalhador coletivo, e as técnicas tayloristas, que constituem uma resposta econômica à reprodução do capital. De acordo com esse autor, o taylorismo, como parte de um projeto particular e explícito de construção do capitalismo no país, teve por objetivo - em sua fase inicial - criar condições mais estáveis para a acumulação do capital através da veiculação de uma concepção de mundo orientada a partir das exigências do processo produtivo. O que ocorreu, preponderantemente, via controle da formação e reprodução de uma força de trabalho nacional sujeita aos novos requisitos de disciplina e preparo técnico fabris. Portanto, inicialmente, a difusão dos *princípios* tayloristas tem por finalidade interferir tanto no processo de socialização da força de trabalho assalariada como na formação ideológica da tecnocracia industrial: engenheiros, psicólogos, sociólogos, assistentes sociais, etc. Neste escopo, o taylorismo é visto como condicionador e conformador de práticas específicas - sejam elas das fábricas, das escolas ou das universidades -, produzindo todo um corpo de conhecimentos científicos que abrange a engenharia, a psicologia, a educação, a sociologia, etc. (DECCA, 1983; ANTONACCI, 1985).

---

<sup>27</sup> . Sobre as formas de manifestação do pensamento liberal no Brasil, consultar BARRETO (1977, cap. 5, p.63-75).

Isto posto, parece ser possível interpretar o projeto renovador da educação como portador de expectativas de organização do meio escolar em moldes similares ao da indústria, visando o desenvolvimento de hábitos para o trabalho e o preparo técnico requisitados pela produção moderna. Medidas racionalizadoras permeiam a proposta educacional desde a organização e funcionamento do sistema escolar e seus objetivos sociais de hierarquização e disciplinarização social, até a adoção de "métodos pedagógicos modernos" (CARVALHO, 1986, cap. 3; 1988)).

E é inegável a importância estratégica do Liceu de Artes e Ofícios no processo de "cientificação" da educação desencadeado pelo movimento renovador. Em uma das passagens do Inquérito de 1926, Fernando de Azevedo afirma, um tanto quanto profeticamente, que o fato das iniciativas educacionais de "espírito novo" - quer na "organização científica do ensino", quer "no estudo experimental e na aplicação dos dados da psicologia e da higiene à escolha das profissões e dos ofícios" - terem partido da Escola de Mecânica anexa ao Liceu, isto é, de uma escola particular, subvencionada, talvez fizesse romper "com mais ímpeto, nas esferas oficiais, esse movimento inspirado nas idéias renovadoras da educação". Idéias que "abafam-se, às vezes; mas não se tolfem no seu poder de expansão", pois "são como certos rios, que submergindo por entre as camadas permeáveis do terreno, vão reaparecer quilômetros depois, rebentando, pela força de suas águas, em fontes e correntes que não tardam a avolumar-se" (AZEVEDO, s.d., p. 126).

### **Referências Bibliográficas**

- ANTONACCI, Naria Antonieta Martines. A vitória da razão: o Instituto de Organização Racional do Trabalho de 1931 a 1945. São Paulo, 1985. (Tese de Doutorado do Departamento de História da FFLCH/USP)
- AZEVEDO, Fernando. A educação na encruzilhada: problemas e discussões. 2ª ed. São Paulo: Melhoramentos, s.d. (Obras completas, v. 6)

- BARRETO, Vicente. Ideologia e política no pensamento liberal de José Bonifácio de Andrada e Silva. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.
- BRYAN, Newton. Senai: estrutura e funcionamento. Campinas, 1984. (Tese de Doutorado da UNICAMP)
- CAETANO, Coraly Gará. Qualificação e ferrovias: a experiência das escolas profissionais ferroviárias (1920-1945). In: RIBEIRO, Maria Alice Rosa (coord.). Trabalhadores urbanos e ensino profissional. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986.
- CAPELATO, M. H.. Os arautos do liberalismo.
- CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Notas para reavaliação do movimento educacional brasileiro (1920-1930). Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 66, p. 4-11, ago. 1988.
- \_\_\_\_\_. Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). São Paulo, 1986. (Tese de Doutorado da FEUSP)
- CASALECCHI, J. E.. O partido republicano paulista: 1889-1926. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- DECCA, Edgar S. de. A ciência da produção: a fábrica despolitizada. Revista Brasileira de História, São Paulo, n. 6, p. 47-79, 1983.
- DURKHEIM, Emile. De la division du travail social. Paris: PUF, 1960.
- \_\_\_\_\_. Educação e sociologia. São Paulo: Melhoramentos, 1978.
- ESPOSEL, E.. Orientação profissional. Revista Educação, v. 3, n. 2, maio 1928.
- FILHO, M. B.. A escola nova. Revista Educação, v. 7, n. 3, p. 298-300, jun. 1929. apud CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Molde nacional e forma cívica: higiene, moral e trabalho no Projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931). São Paulo, 1986. (Tese de Doutorado da FEUSP)
- FREIRE, Victor. Abertura da exposição dos trabalhos escolares e homenagem a Ramos de Azevedo: discurso. In: SEVERO, Ricardo. O Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo.
- GITAY, Maria Lúcia C.. Qualificação e urbanização em São Paulo: a experiência do Liceu de Artes e Ofícios (1873-1934). In: RIBEIRO, Maria Alice ROSA (coord.).

- Trabalhadores urbanos e ensino profissional. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1986.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a política e o estado moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- INSTRUÇÃO Cívica. O Estado de São Paulo, São Paulo, 3 jun. 1917.
- KERSCHEENSTEINER, Georg. El alma del educador el problema de la formacion del maestro. Barcelona: Editorial Labor, 1928.
- LIMONGI, Fernando M. P.. Educadores e empresários na construção da USP. Campinas, 1988. (Dissertação de Mestrado da UNICAMP)
- LOURENÇO FILHO. Em defesa da 'élite': O Estado de São Paulo, São Paulo, 22 nov. 1920.
- MACHADO, Lucilia R. de Souza. Politecnia, escola unitária e trabalho. São Paulo, Cortez, 1989.
- MANGE, Roberto. Escolas profissionais mecânicas. Revista Polytechnica, São Paulo, out./nov. 1924.
- MESQUITA FILHO, J.. A crise nacional: reflexões em torno de uma data. O Estado de São Paulo, São Paulo, 1925. Seção de Obras.
- MICELI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil: 1920 a 1934. São Paulo: Difel, 1974.
- PEREIRA, Paulo César Xavier. 1984
- PIÉRON, Henri. Psicologia experimental. Revista Educação, v. 3, n. 2, maio 1928.
- SILVA, A. C. Pacheco e. Armando Salles de Oliveira. São Paulo: Parma/EDUSP, 1980.
- SIMONSEN, Roberto. O trabalho moderno. O Estado de São Paulo, São Paulo, 1919. Seção de obras.
- STWART, C. T.. A orientação profissional. Revista Educação, v. 5, n. 1, nov./dez. 1928.
- TRINIDADE, Ruy. O ensino profissional e técnico em países novos e de imigrações. O Estado de São Paulo, São Paulo, 11 abr. 1912.
- VARGAS, Newton. Gênese e difusão do taylorismo no Brasil.

---

\_\_\_\_\_. Gênese e difusão do taylorismo no Brasil. Rio de Janeiro, COOPE/UFRJ, s.d..